



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Plano de Ação para Alcance dos Objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Resolução CNJ n. 194, de 26 de maio de 2014)

1. Introdução

O presente plano de ação objetiva enunciar medidas preliminares, que deverão ser adotadas nos próximos meses pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (algumas inclusive já foram implementadas), para dar concreção a cada uma das linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, em conformidade com as disposições contidas na Resolução n. 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

2. Linhas de Ação

2.1 ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO		
Objetivos Gerais (o quê)		
Alinhar o plano estratégico dos tribunais aos objetivos e linhas de atuação da política, de modo a orientar seus programas, projetos e ações.		
Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Incluir no Planejamento Estratégico 2016-2021 ações voltadas para o 1º grau de jurisdição.	COPEG	O alinhamento já foi realizado com a inclusão no Planejamento Estratégico do TRE-BA 2016-2021 de projetos voltados para a valorização do 1ª grau de jurisdição contemplando as seguintes linhas de atuação: implementação da Biometria, a melhoria da prestação jurisdicional, alcance da excelência no atendimento ao público e a melhoria da estrutura de Ouvidoria.



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.2 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Objetivos Gerais (o quê)

Equalizar a distribuição da força de trabalho entre o primeiro e segundo graus, proporcionalmente às demandas de processos, número de eleitores e número de municípios que compõem as Zonas Eleitorais.

Objetivos Específicos (como)

Realizar um mapeamento das tarefas realizadas nas zonas eleitorais e estabelecer parâmetros para a permanente aferição da carga de trabalho e a equipe mínima necessária para atender a demanda, de modo a evitar sobrecarga em razão da falta de servidores, principalmente em períodos eleitorais, mantendo sempre uma força de trabalho mínima que atenda a necessidade do cartório.

Setor
(Quem)

Prazo (Quando)

SCRE

2017.1 a 2018.2 (Projeto
Justiça em Dia- PE TRE-BA
2016-2021)

SGE

2019.1 a 2019.2
(Projeto Dimensionamento
da força de trabalho PE
TRE-BA 2016-2021)

Realizar concurso para suprir as vagas existentes, objetivando priorizar o servidor concursado na atuação à frente das Zonas Eleitorais.

SGP e
PRES

Contratar estagiário (nível médio e nível superior) para auxiliar no âmbito das Zonas Eleitorais da capital e interior.

SGP,
DG e
PRES

2016.1 a 2017.2 (Projeto
Biometria na Bahia- PE
TRE-BA 2016-2021)

Contratar mão de obra terceirizada para atender as demandas dos Cartórios do interior do Estado e da capital.

SGS,
DG e
PRES

2016.1 a 2017.2 (Projeto
Biometria na Bahia- PE
TRE-BA 2016-2021)



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.3 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Objetivos Gerais (o quê)

Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias de primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua gestão.

Objetivos Específicos (como)

Realizar estudos para prever e identificar, na elaboração da proposta orçamentária, as parcelas dos recursos destinados ao 1º Grau de Jurisdição, conforme determinação da Resolução CNJ 195/2014.

Setor (Quem)

Prazo (Quando)

SOF

Garantir a participação da Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, bem como da Comissão de Servidores do Interior e da Comissão de Chefes de Cartórios da Capital na elaboração da proposta orçamentária.

SCRE, SOF e Comissões

Levantamento de custos (fixos e variáveis) e investimentos relativos ao primeiro grau.

SOF



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.4 INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA		
Objetivos Gerais (o quê) Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.		
Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Estruturação dos serviços de videoconferência no que se referem a palestras, treinamentos e reuniões.	STI/SGP/SGS	
Dotar as Zonas Eleitorais de estrutura de comunicação de dados capaz de suportar as plataformas e sistemas necessários às adequadas condições de trabalho.	STI /SGS/COMANP/ SEMAI	
Identificar melhorias e propor ao grupo gestor o aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento processual administrativo (PAD) no âmbito do 1º Grau de Jurisdição.	Zonas Eleitorais	Permanente
Implementar o sistema processo judicial eleitoral (PJE) no âmbito do 1º grau de jurisdição.		
Adequar as estruturas físicas dos cartórios eleitorais, estabelecendo um padrão mínimo para o seu funcionamento, observando segurança, higiene, acessibilidade e qualidade de vida no trabalho.	SGS/COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE	2017.1 a 2022.2 (Projeto Melhoracessibilidade PE TRE-BA 2016-2021)



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.5 GOVERNANÇA COLABORATIVA

Objetivos Gerais (o quê)

Fomentar a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, fortalecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados.

Objetivos Específicos (como)

Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Realizar reuniões semestrais com a alta administração, ainda que não presencial (em razão dos custos de deslocamento), a fim de avaliar a implementação das ações deste plano e do plano estratégico institucional, bem como definir as mudanças de rumos, se necessário.	Comissões dos Cartórios da Capital e Interior, CGPE	Semestral
Incluir as Comissões dos Cartórios da Capital e Interior nas estruturas de apoio à governança do TER-BA.	COPEG	
Incluir no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) pelo menos um representante do 1º Grau de Jurisdição.	DG e PRES	
Assegurar a participação de magistrados e servidores do 1º Grau de Jurisdição nos comitês e comissões instituídos pelo TRE-BA.	DG e PRES	
Atualizar e publicar o catálogo de serviços, já elaborado pelas unidades e encaminhado para a ASSESD.		
Ampliar o rol de serviços oferecidos via OTRS, com o objetivo de simplificar as soluções das diversas demandas de serviços dos cartórios.		



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.6 DIÁLOGO SOCIAL E INSTITUCIONAL		
Objetivos Gerais (o quê)		
Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da política.		
Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Melhoria da estrutura de Ouvidoria, de modo a transformá-la numa unidade compatível com as atribuições estabelecidas pela Resolução Administrativa 21/2016.	OUV	Projeto Fala, Cidadão! (PE-TRE-BA)
Intensificar a divulgação e disponibilização para as Zonas Eleitorais de informativos, cartilhas e outros destinados ao público externo.	ASCOM e EJE	Permanente, especialmente no período eleitoral
Alinhar a Política Integrada de Comunicação aos objetivos da Res. CNJ 194/2014	ASCOM	(até 2017.1) Projeto Política Integrada de Comunicação (PE-TRE-BA)



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.7 PREVENÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE LITÍGIOS

Objetivos Gerais (o quê)

Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau.

Objetivos Específicos (como)

	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo no âmbito do 1º Grau de Jurisdição	SCRE	
Realizar constante mapeamento da taxa de congestionamento de processos e manter equipe mínima necessária para atender a demanda, de modo a evitar sobrecarga em razão da falta de servidores, principalmente em períodos eleitorais.	SCRE e SGP	Projeto Justiça em Dia (PE-TRE-BA) 2016-2021.
Rever os procedimentos relacionados à instrução processual e às rotinas de trabalho que resultem na entrega dos produtos gerados por cada processo.		
Disponibilizar modelos e jurisprudência catalogada e acessível.	SJU/SCRE/SGA	Projeto Busca Jus Dia (PE-TRE-BA) 2018.1-2018.2.
Excepcionalmente, realizar mutirões para desafogar as Zonas Eleitorais que estejam com a taxa de congestionamento elevada, de acordo com a prévia avaliação da Corregedoria Regional Eleitoral.	SCRE	Projeto Justiça em Dia (PE-TRE-BA) 2016-2021.



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.8 ESTUDOS E PESQUISAS

Objetivos Gerais (o quê)

Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.

Objetivos Específicos (como)

Revisar, com a efetiva participação de representantes das Zonas Eleitorais, o manual de práticas cartorárias, com padronização dos principais procedimentos, movimentação de processos, lançamento do SADP, confecção de mandados, ofícios e despachos, dentre outros.

SCRE

Mapear os processos de trabalhos que geram maior impacto nas Zonas Eleitorais, a fim de rever as rotinas de trabalho e implementar melhorias que otimizem a entrega dos produtos gerados por cada processo.

SCRE,
Comissões do
Interior e Capital
e COPEG

Já iniciado com o Projeto Arquitetura de Processos. Terá continuidade com o Projeto Evolução da Maturidade dos Processos(PE-TRE—BA).

Implementar melhorias no processo de atendimento das Zonas Eleitorais. Produtos finais: fluxograma melhorado e manual de atividades.

SCRE,
Comissões do
Interior e Capital
e COPEG

Projeto Evolução da Maturidade dos Processos (2017.1 a 2022.2)

Realizar pesquisa de opinião para os clientes externos da Justiça Eleitoral da Bahia, a fim de melhor conhecer a impressão do eleitorado acerca do funcionamento desta Justiça Especializada. Observação: a pesquisa rotineira já vem sendo realizada pela Ouvidoria e ASCOM.

OUVIDORIA e
ASCOM

Elaborar estudo para levantamento do percentual do orçamento que está sendo usado no 1º Grau e quanto no está no 2º Grau para fins de redistribuição adequada de acordo com a demanda processual para serviços, bens duráveis e pessoal.

SOF



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

2.9 FORMAÇÃO CONTINUADA		
Objetivos Gerais (o quê)		
Fomentar a capacitação contínua de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição.		
Objetivos Específicos (como)	Setor (Quem)	Prazo (Quando)
Promover curso para capacitar os magistrados e servidores (1º grau) no tocante aos processos judiciais que influenciem o bom funcionamento do 1º grau durante o pleito eleitoral.	EJE	No primeiro semestre dos anos eleitorais
Incluir ações no plano anual de capacitação que contemplem as necessidades dos servidores do 1º grau de jurisdição (servidores do quadro e requisitados), notadamente em relação aos sistemas administrativos (Ex. SADP, ASIWEB, PAD, cadastramento biométrico).	SGP e Comissões da Capital e do Interior	Anualmente
Incluir no Plano de Capacitação do Tribunal capacitação permanente de atendimento ao público	SGP	



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

NOMENCLATURAS DAS UNIDADES:

- Presidência - PRES
- Corregedoria Regional Eleitoral - CRE
- Diretoria-Geral - DG
- Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF
- Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
- Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP
- Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - COPEG
- Assessoria de Comunicação - ASCOM
- Escola Judiciária Eleitoral - EJE
- Ouvidoria
- Comissão dos Cartórios do Interior e da Capital
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI
- Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas - CEGEPE

Salvador, janeiro de 2017.